



T0662003N

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO
Nº 001/2026



FUNDAÇÃO DA SEGURIDADE SOCIAL
DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS
DE SOROCABA – FUNSERV
ESTADO DE SÃO PAULO



AGENTE DE OUVIDORIA

Candidato(a)

Inscrição

--	--

Nível

SUPERIOR

Turno

TARDE

Material

Além deste Caderno de Questões com oitenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala a Folha de Respostas.

Divulgação

A prova e o gabarito preliminar estarão disponíveis no site do Instituto Avalia no endereço eletrônico www.avalia.org.br, conforme previsto em Edital.

INSTRUÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- ▶ Confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição em todos os documentos entregues pelo fiscal. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração.
- ▶ O não cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, neste Caderno ou na Folha de Respostas incorrerá na eliminação do candidato.
- ▶ A Folha de Respostas é o único documento válido para avaliação.
- ▶ Preencha o campo destinado à assinatura na Folha de Respostas. As respostas às questões objetivas devem ser preenchidas da seguinte maneira: ●
- ▶ Use apenas caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta. Ao retirar-se definitivamente da sala, entregue a Folha de Respostas ao fiscal.
- ▶ O prazo de realização da prova é de **4 horas**, incluindo a marcação da Folha de Respostas.
- ▶ Após identificado e acomodado na sala, o candidato somente poderá ausentar-se dela 60 (sessenta) minutos após o início da prova, acompanhado de um fiscal.
- ▶ O candidato poderá entregar sua Folha de Respostas e deixar definitivamente o local de realização da Prova Objetiva somente após decorridos, no mínimo, 60 (sessenta) minutos do seu início, porém não poderá levar consigo o Caderno de Questões e nenhum tipo de anotação de suas respostas.
- ▶ O candidato poderá levar consigo o Caderno de Questões desde que permaneça na sala até o final do período.
- ▶ Os três últimos candidatos só poderão retirar-se da sala juntos, após assinatura do Termo de Fechamento do Envelope de Retorno.

**Fraudar ou tentar fraudar
Concurso Público é Crime!
Previsto no Art. 311 - A do
Código Penal**

Boa prova!

Língua Portuguesa

1

Na frase "O palestrante falou, durante duas horas, sobre a importância da atividade física, mas não convenceu a plateia", as vírgulas isolam um(a)

- (A) aposto especificativo.
- (B) oração subordinada adjetiva restritiva.
- (C) adjunto adverbial deslocado.
- (D) vocativo enfático.
- (E) objeto indireto pleonástico.

2

"Embora o céu estivesse nublado, os navegantes partiram, pois o tempo instável não os amedrontava."

A oração iniciada por "pois" exerce valor semântico de

- (A) condição.
- (B) concessão.
- (C) finalidade.
- (D) causa/explicação.
- (E) consequência.

3

Na oração "Ocorreu, na última semana, o envio dos relatórios", o trecho "o envio dos relatórios" exerce função de

- (A) objeto direto.
- (B) sujeito.
- (C) complemento nominal.
- (D) adjunto adnominal.
- (E) objeto indireto.

4

Assinale a alternativa que apresenta a correta transposição para a voz passiva analítica da frase "O professor revisará as provas amanhã."

- (A) As provas serão revisadas pelo professor amanhã.
- (B) As provas seriam revisadas pelo professor amanhã.
- (C) As provas foram revisadas pelo professor amanhã.
- (D) As provas são revisadas pelo professor amanhã.
- (E) As provas têm sido revisadas pelo professor amanhã.

5

"Se o governo mantiver a proposta, é provável que os sindicatos proponham uma paralisação, caso não haja diálogo."

Sobre a correlação verbal no período apresentado, assinale a alternativa correta.

- (A) O verbo "mantiver" deveria ser substituído por "manter" para indicar futuro.
- (B) A forma "proponham" está incorreta, pois deveria estar no futuro do indicativo.
- (C) O verbo "haja" está no presente do subjuntivo, mantendo a harmonia com as hipóteses levantadas.
- (D) O período apresenta erro de regência, pois "caso" exige o verbo no indicativo.
- (E) Se a primeira oração fosse "Se o governo mantivesse", o verbo seguinte deveria ser "proporão".

Matemática Financeira, Estatística e Raciocínio Lógico

6

A tabela a seguir registra a quantidade de Provas de Vida realizadas em 5 dias úteis consecutivos.

Dia da semana	Número de Provas de Vida
Segunda-feira	4
Terça-feira	1
Quarta-feira	6
Quinta-feira	15
Sexta-feira	4

Com base exclusivamente nos dados apresentados, a média diária de atendimentos realizados nesse período de 5 dias é igual a

- (A) 4.
- (B) 6.
- (C) 8.
- (D) 9.
- (E) 10.

7

A vida útil de um modelo de lâmpada LED é normalmente distribuída com média de 20.000 horas e desvio padrão de 2.500 horas. A probabilidade de uma dessas lâmpadas queimar com mais de 24.000 horas de uso é de
Dados: $P(Z < 1,6) = 0,9452$.

- (A) 5,48%
- (B) 10,96%
- (C) 15,48%
- (D) 94,52%
- (E) 4,52%

8

Um título no valor de R\$ 15.000 foi pago 2 meses antes do vencimento, ficando reduzido a R\$ 12.000. A taxa mensal utilizada nessa operação de desconto simples foi de

- (A) 15%
- (B) 12,5%
- (C) 10%
- (D) 7,5%
- (E) 5%

9

Considere que um título de R\$ 24.000, a uma taxa de 5% ao mês, será resgatado um mês antes do seu vencimento. O valor do desconto composto obtido no momento do resgate desse título foi, aproximadamente, de

- (A) R\$ 1.192,42.
- (B) R\$ 1.185,66.
- (C) R\$ 1.180,48.
- (D) R\$ 1.162,46.
- (E) R\$ 1.142,86.

10

Um revisor de textos observou que um autor comete, em média, 1,5 erros de digitação por página. Ao revisar uma página escolhida ao acaso, a probabilidade de o revisor encontrar mais de 1 erro é, aproximadamente, igual a Dado: $e^{1,5} = 0,2231$.

- (A) 0,2231.
- (B) 0,3347.
- (C) 0,5578.
- (D) 0,4422.
- (E) 0,6653.

Tecnologia da Informação

11

Um servidor está utilizando o Windows para organizar seu ambiente de trabalho. Ele mantém atalhos na área de trabalho para acesso rápido a programas e arquivos, além de manipular conteúdos utilizando operações de copiar e colar entre diferentes locais. Assinale a alternativa que descreve corretamente essas funcionalidades.

- (A) A área de trabalho permite acesso a elementos do sistema; os atalhos facilitam o acesso a arquivos; a cópia mantém o conteúdo original.
- (B) A área de trabalho armazena apenas programas instalados; os atalhos substituem arquivos; a cópia remove o conteúdo original.
- (C) A área de trabalho executa arquivos automaticamente; os atalhos duplicam arquivos; a cópia impede múltiplas colagens.
- (D) A área de trabalho controla o sistema operacional; os atalhos organizam memória; a cópia move o conteúdo entre locais.
- (E) A área de trabalho restringe o acesso a arquivos; os atalhos eliminam arquivos; a cópia altera o conteúdo original.

12

Um servidor está editando um documento no Microsoft Word e precisa reorganizar um trecho de texto para outro local do mesmo documento. Ele deseja transferir o conteúdo, removendo-o da posição original e inserindo-o em uma nova posição. Com base nos conceitos sobre manipulação de conteúdo no Word, assinale a alternativa que descreve corretamente o procedimento a ser realizado.

- (A) Selecionar o conteúdo, utilizar a opção Copiar e inserir o conteúdo no novo local desejado.
- (B) Selecionar o conteúdo, utilizar a opção Recortar e inserir o conteúdo no novo local desejado.
- (C) Selecionar o conteúdo, utilizar a opção Colar e remover automaticamente o conteúdo original.
- (D) Selecionar o conteúdo, utilizar a opção Copiar e substituir automaticamente o conteúdo original.
- (E) Selecionar o conteúdo, utilizar a opção Colar e duplicar automaticamente o conteúdo original.

13

Um servidor está criando uma senha de acesso aos sistemas institucionais. Ele foi orientado a seguir as diretrizes de segurança da informação estabelecidas, garantindo maior proteção contra acessos indevidos. Com base nas práticas de segurança da informação, assinale a alternativa que descreve corretamente uma conduta adequada na criação e no uso de senhas.

- (A) Utilizar senha com, no mínimo, oito caracteres, combinando letras, números e caracteres especiais.
- (B) Utilizar senha com base em informações pessoais e compartilhar com colegas de trabalho.
- (C) Utilizar senha simples de fácil memorização e registrá-la em local visível no computador.
- (D) Utilizar senha padronizada para todos os sistemas e evitar alterações frequentes.
- (E) Utilizar senha curta e repetir a mesma sequência em diferentes sistemas institucionais.

14

Um servidor está acessando a internet para consultar informações institucionais. Durante a navegação, ele utiliza um endereço eletrônico no navegador, acessa diferentes páginas por meio de links e, ao final, realiza a impressão de uma página para arquivamento. Assinale a alternativa que descreve corretamente essas ações.

- (A) O endereço digitado corresponde a um navegador; os links substituem os sites; a impressão modifica o endereço acessado.
- (B) O endereço digitado corresponde a um link; os sites substituem os navegadores; a impressão altera o conteúdo da página acessada.
- (C) O endereço digitado corresponde a um site; os links armazenam páginas localmente; a impressão impede nova navegação.
- (D) O endereço digitado corresponde a um URL; os links bloqueiam a navegação; a impressão remove o conteúdo exibido.
- (E) O endereço digitado corresponde a um URL; os links permitem acessar outras páginas; a impressão gera uma cópia do conteúdo exibido.

15

Um servidor está utilizando o Microsoft Excel para automatizar cálculos em uma planilha e reduzir a necessidade de repetição de tarefas. Para isso, ele utiliza fórmulas para realizar cálculos automáticos e considera o uso de macros para automatizar procedimentos. Com base nos conceitos de funções e macros no Excel, assinale a alternativa que descreve corretamente essas funcionalidades.

- (A) As funções executam programas de terceiros, e as macros bloqueiam a edição de dados.
- (B) As funções gerenciam o hardware, e as macros realizam apenas cálculos básicos de soma.
- (C) As funções dispensam o uso de tabelas, e as macros servem apenas para formatar cores.
- (D) As funções realizam cálculos automáticos, e as macros automatizam sequências de ações.
- (E) As funções controlam o sistema operacional, e as macros armazenam dados estáticos.

Administração Geral, Pública e Teorias de Administração

16

Função aplicada ao processo administrativo; tem o papel de acompanhar se o desempenho e as metas pré-estabelecidos estão sendo alcançados, bem como apurar os desvios e falhas do processo.

A descrição apresentada se refere a seguinte função:

- (A) conclusão.
- (B) projeção.
- (C) consolidação.
- (D) mensuração.
- (E) controle.

17

No processo decisório, os tomadores de decisão dependem de diversos tipos de informação, de acordo com cada instituição. Nesse sentido, como se denomina a informação voltada à chefia de setores e seções, que possibilita a execução de atividades e tarefas, o monitoramento do espaço geográfico sob sua responsabilidade, bem como o planejamento e a tomada de decisão de seu nível?

- (A) Operacional.
- (B) Situacional.
- (C) Finalística.
- (D) Intuitiva.
- (E) Primal.

18

“Quanto mais intensamente a divisão for aplicada em uma organização, mais o trabalho será desdobrado em tarefas menores, o que se reflete em um número maior de cargos com poucas tarefas, assim como em mais unidades organizacionais.”

A afirmação apresentada se refere a qual elemento da estrutura organizacional?

- (A) Porcionamento.
- (B) Unificação.
- (C) Especialização.
- (D) Fracionamento.
- (E) Secessão.

19

Como são denominados os agrupamentos de processos que juntos suportam o ciclo de vida de um recurso e possibilitam que os objetivos e a missão da empresa sejam atingidos?

- (A) Foros regionais.
- (B) Áreas funcionais.
- (C) Grupos de suporte.
- (D) Relatórios de ação.
- (E) Departamentos de produção.

20

A técnica de Organização, Sistemas e Métodos (OSM) utilizada para realizar uma representação gráfica e sequencial do trabalho realizado, por meio de símbolos que evidenciam a origem, o processamento e o destino das informações, informando o processo e a identificação das atividades, é denominada

- (A) circular.
- (B) organograma.
- (C) manual técnico.
- (D) fluxograma.
- (E) capacitação.

21

Os meios empregados por uma organização para a consecução de seus objetivos, ou seja, as ferramentas que servem de base para o desempenho organizacional, são denominados

- (A) missão.
- (B) promessas.
- (C) frações.
- (D) recursos.
- (E) matéria.

22

Fase do início do projeto na qual são identificadas as partes interessadas, definidos os objetivos iniciais e o escopo, incluindo a elaboração do Canvas de Projeto e a autorização formal para prosseguir.

A fase descrita se refere à(ao)

- (A) produção.
- (B) acompanhamento.
- (C) estruturação.
- (D) provisionamento.
- (E) conclusão.

23

Como é chamado o tipo de conhecimento transmitido de forma sistematizada, por meio de linguagem formal e clara?

- (A) Explícito.
- (B) Tácito.
- (C) Implícito.
- (D) Difuso.
- (E) Contraditório.

24

Capacidade política do Estado de governar e decidir, originada da sua legitimidade democrática e política perante a sociedade no exercício da autoridade; reflete a credibilidade e a extensão estatal do exercício do poder.

A descrição apresentada se refere à

- (A) *accountability*.
- (B) discricionarieidade.
- (C) responsabilidade objetiva.
- (D) ponderação.
- (E) governabilidade.

25

Ferramenta que permite identificar os temas críticos do ponto de vista da sustentabilidade e compreender os riscos relacionados à compra de um objeto, pontos que devem ser observados e tratados no processo de contratação.

A descrição apresentada se refere à(ao)

- (A) nota de conhecimento.
- (B) análise de riscos.
- (C) volante.
- (D) avaliação condicional.
- (E) certificado de capacidade.

Direito Administrativo

26

Aplica-se a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, EXCETO quanto à(a)

- (A) alienação e concessão de direito real de uso de bens.
- (B) compra, inclusive por encomenda.
- (C) locação.
- (D) contratos que tenham por objeto operação de crédito, interno ou externo, e gestão de dívida pública, incluídas as contratações de agente financeiro e a concessão de garantia relacionadas a esses contratos.
- (E) prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados.

27

Na aplicação da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, serão observados os seguintes princípios, EXCETO

- (A) legalidade.
- (B) pessoalidade.
- (C) moralidade.
- (D) interesse público.
- (E) publicidade.

28

O estágio probatório é o procedimento por meio do qual o servidor será avaliado quanto à aptidão para o exercício das atribuições do cargo no qual foi investido. A avaliação tem duração de quanto tempo de efetivo exercício?

- (A) 2 anos.
- (B) 5 anos.
- (C) 1 ano.
- (D) 3 anos.
- (E) 7 anos.

29

São considerados princípios do Direito Administrativo, EXCETO

- (A) legalidade.
- (B) hierarquia.
- (C) impessoalidade.
- (D) moralidade.
- (E) publicidade.

30

São causas excludentes da responsabilidade do Estado, EXCETO

- (A) culpa exclusiva da vítima.
- (B) caso fortuito.
- (C) fato exclusivo de terceiro.
- (D) força maior.
- (E) culpa concorrente da vítima.

31

Nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil, quanto ao conceito de servidor público, assinale a alternativa correta.

- (A) É a pessoa que não ocupa cargo comissionado.
- (B) É o conjunto de cargos de idêntica natureza denominação e qualificação.
- (C) É a pessoa legalmente investida em cargo público.
- (D) Agentes que não possuem vínculo com a Administração direta, autárquica ou fundacional de direito público.
- (E) É a pessoa que trabalha de acordo com as normas da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

32

O Direito Administrativo é o ramo do direito público que rege a organização e a atividade da Administração Pública. Assinale a alternativa que apresenta a fonte primária e principal do Direito Administrativo.

- (A) A jurisprudência, que são as decisões dos tribunais, sendo a única fonte que o administrador deve seguir.
- (B) Os contratos verbais firmados entre particulares e o Estado, que revogam as normas legais.
- (C) A doutrina, que são os livros escritos pelos estudiosos, tendo força de lei obrigatória para os servidores.
- (D) A Lei (em sentido amplo, incluindo a Constituição), que fundamenta o princípio da legalidade e obriga a atuação do administrador.
- (E) Os costumes, que são as práticas reiteradas da sociedade, tendo força superior à legislação escrita.

33

É a forma de provimento de cargo público efetivo pertencente ao quadro permanente da instituição através de ato formal. O requisito básico é a prévia habilitação em concurso público de prova ou de provas e títulos.

A descrição apresentada se refere à(ao)

- (A) nomeação.
- (B) posse.
- (C) remoção.
- (D) recondução.
- (E) aproveitamento.

34

Assinale a alternativa que NÃO condiz com uma forma de provimento de cargo público.

- (A) Nomeação.
- (B) Promoção.
- (C) Readaptação.
- (D) Ascensão.
- (E) Reintegração.

35

Entidades paraestatais são pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, que colaboram com o Estado no fomento de atividades de interesse público sem integrar a Administração Pública direta ou indireta. Pertencentes ao terceiro setor, recebem recursos públicos e colaboram com a administração sem fins lucrativos. Qual alternativa NÃO se enquadra como uma entidade paraestatal?

- (A) Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac).
- (B) Serviço Social do Comércio (Sesc).
- (C) Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai).
- (D) Banco do Brasil.
- (E) Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

Legislação Municipal

36

A Lei Municipal nº 3.800/1991 dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Sorocaba/SP e dá outras providências. Considerando a literalidade da norma, assinale a alternativa correta.

- (A) Servidor Público é todo integrante da Administração Pública direta, autárquica e fundacional, nomeado ou contratado na forma da lei para servir aos interesses maiores da coletividade e dos municípios.
- (B) Cargo de Confiança é o conjunto de atribuições específicas, com denominação própria, número certo e amplitude de salário correspondente, para ser exercido, na forma da Lei e em caráter provisório, por um empregado regido pela Consolidação das Leis do Trabalho.
- (C) Função Atividade é o conjunto de atividades específicas a ser exercido em caráter precário por empregado admitido na forma da lei, para atender necessidades urgentes e inadiáveis do serviço público e submetido ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho.
- (D) Readaptação é o reingresso no serviço público municipal de funcionário demitido, com ressarcimento dos prejuízos, em virtude de decisão administrativa ou judicial transitada em julgado.
- (E) Classe é o conjunto de cargos de carreira e cargos de confiança, integrantes das estruturas da prefeitura, das autarquias e das fundações públicas municipais.

37

Nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Sorocaba/SP, os Cargos Públicos são acessíveis a todos os brasileiros que preencham as condições prescritas em Leis, regulamentos e instruções baixadas pelos órgãos competentes. Com base no que dispõe o Estatuto a respeito de Cargos Públicos, assinale a alternativa correta.

- (A) Os cargos de carreira podem ou não ser de provimento efetivo.
- (B) O cargo público pressupõe vínculo exclusivamente contratual.
- (C) Os cargos públicos são de carreira ou em comissão.
- (D) As atribuições a serem desenvolvidas pelos titulares dos cargos públicos serão estabelecidas em decreto do Legislativo.
- (E) A investidura em cargo público independe do cumprimento das obrigações militares.

38

De acordo com a Lei nº 4.168/1993, que dispõe sobre a criação da Seguridade Social dos Servidores Públicos Municipais, é correto afirmar que o Regime Próprio de Seguridade Social dos Servidores Públicos Municipais

- (A) não é destinado aos servidores públicos inativos.
- (B) é destinado a assegurar o direito relativo à previdência e à assistência social.
- (C) independe de contribuição dos servidores.
- (D) também é destinado aos ocupantes de cargos não efetivos.
- (E) é de filiação facultativa.

39

Nos termos da Lei nº 4.169/1993, é correto afirmar que a Fundação Pública da Seguridade Social dos Servidores Públicos Municipais de Sorocaba/SP

- (A) é pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciais e assistenciais, com fins lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira.
- (B) é pessoa jurídica de direito público, de fins previdenciais e assistenciais, com fins lucrativos, sem autonomia patrimonial, administrativa e financeira.
- (C) é pessoa jurídica de direito público, de fins previdenciais e assistenciais, não lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira.
- (D) é pessoa jurídica de direito privado, sem fins assistenciais, sem fins lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira.
- (E) é pessoa jurídica de direito público, sem fins assistenciais, com fins lucrativos, com autonomia patrimonial e administrativa e sem autonomia financeira.

40

Nos termos da Lei nº 10.965/2014, que dispõe sobre a assistência à saúde dos servidores públicos municipais de Sorocaba/SP, é correto afirmar que a assistência à saúde

- (A) é de filiação obrigatória.
- (B) dispensa custeio pelos beneficiários.
- (C) considera dependente o filho até 18 anos, não emancipado.
- (D) poderá ser prestada por meio de atendimento próprio, convênio e credenciamento.
- (E) não possui carências, sendo garantida a partir da adesão pelo titular.

41

Nos termos da Lei nº 3.800/1991, o provimento é uma série de atos que investe uma pessoa em cargo público. Considerando a literalidade da norma, assinale a alternativa que NÃO corresponde a uma forma de provimento.

- (A) Acesso.
- (B) Readaptação.
- (C) Reversão.
- (D) Aproveitamento.
- (E) Terceirização.

42

De acordo com a Lei nº 10.965/2014, que trata da assistência à saúde, quando a aquisição da condição de dependente for posterior ao início do exercício do titular, a contagem do prazo para a formalização da solicitação de inclusão de dependente ocorrerá da seguinte maneira:

- (A) para o companheiro, a partir de dois anos de convivência em união estável.
- (B) para o filho em processo de adoção a partir da concessão da guarda para fins de adoção.
- (C) para o cônjuge, a partir de um ano do casamento civil.
- (D) para o filho recém-nascido, a partir de dois meses do nascimento.
- (E) para os pais, a partir da aposentadoria.

43

Com base na Lei nº 4.169/1993, a respeito do patrimônio da Fundação Pública da Seguridade Social dos Servidores Municipais (FUNSERV), analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. O patrimônio da FUNSERV é constituído de: contribuições à seguridade social; compensação financeira entre os regimes previdenciários; bens móveis, imóveis e direitos reais; rendas geradas pelos bens patrimoniais, ou por serviços prestados; e doações, legados, subvenções e outras receitas eventuais.
- II. A aquisição e a alienação de bens imóveis, assim como a constituição de ônus ou direitos reais sobre eles, deverão ser aprovados por unanimidade dos membros do Conselho Administrativo e Diretoria Executiva, mediante proposta desta.
- III. A Fundação aplicará seu patrimônio de forma a assegurar rentabilidade compatível com os imperativos do plano de custeio, garantia e liquidez dos investimentos, manutenção do poder aquisitivo do capital aplicado, teor social das aplicações e atendimento às exigências legais.

- (A) III, apenas.
(B) I e II, apenas.
(C) II e III, apenas.
(D) I e III, apenas.
(E) I, II e III.

44

A Lei nº 4.168/1993 dispõe que as prestações relativas ao acidente do trabalho são devidas ao servidor quando decorrentes do exercício de atividades junto ao Poder Público Municipal, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause morte, a perda ou redução da capacidade para o trabalho. Nos termos da referida Lei, equiparam-se a acidente de trabalho

- (A) o acidente ligado ao trabalho que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a morte do segurado.
(B) o acidente sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho, em consequência de ofensa física intencional, inclusive de terceiro, por motivo de disputa ainda que não relacionada com o trabalho.
(C) a doença proveniente de contaminação intencional do servidor no exercício de sua atividade.
(D) o acidente sofrido, desde que no local e no horário de trabalho, na prestação espontânea de qualquer serviço ao poder público para lhe evitar prejuízo ou proporcionar proveito.
(E) o acidente sofrido pelo segurado, ainda que fora do local e horário de trabalho, em consequência de ato de imprudência, de negligência ou de imperícia de terceiro, ou de companheiro de trabalho.

45

O Código de Ética da FUNSERV prevê como valores da Fundação a transparência, ética, empatia, proatividade, sustentabilidade, eficiência e inovação. Segundo o referido Código, é vedado ao agente público da FUNSERV

- (A) compartilhar informações e documentos pertinentes às suas tarefas com os demais agentes públicos da unidade, observado o nível de sigilo.
(B) exercer sua função, poder, autoridade ou prerrogativa, exclusivamente, para atender ao interesse público.
(C) expor publicamente opinião sobre a honorabilidade e o desempenho funcional de outro agente público.
(D) exercer juízo profissional independente, mantendo imparcialidade no tratamento com o público e com os demais agentes.
(E) zelar pela utilização adequada dos recursos de tecnologia da informação, nos termos da política de segurança da informação e demais normas aplicáveis.

Direito Previdenciário, Legislação Previdenciária e Seguridade Social

46

A Constituição Federal de 1988 representou um marco na proteção social brasileira ao unificar saúde, previdência e assistência social sob o conceito de Seguridade Social, rompendo com o modelo anterior centrado exclusivamente na previdência contributiva. Sobre os princípios constitucionais que regem a Seguridade Social, estabelecidos no Art. 194 da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) A universalidade da cobertura e do atendimento implica que apenas os trabalhadores formais com carteira assinada têm direito às prestações da seguridade social.
(B) A equidade na forma de participação do custeio determina que todos os contribuintes, independentemente de sua capacidade econômica, devem recolher contribuições em valor idêntico.
(C) A uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais veda qualquer distinção de tratamento entre essas categorias, inclusive requisitos para fins de aposentadoria.
(D) A irredutibilidade do valor dos benefícios impede, em qualquer hipótese, a redução nominal ou real do valor das prestações, sendo vedada qualquer forma de reajuste inferior à inflação.
(E) A seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços autoriza o legislador a eleger prioridades na concessão das prestações, em razão da limitação dos recursos disponíveis.

47

A empresa Alfa Indústria Ltda., ao elaborar sua folha de pagamento, verificou que realizou os seguintes pagamentos a seus empregados: salários, adicional de horas extras, adicional noturno, auxílio-alimentação pago em dinheiro, salário-família, 13º salário, salário-maternidade e indenização por dispensa sem justa causa dentro do limite legal. Com base na Lei nº 8.212/1991 e nas normas que regem o salário de contribuição, assinale a alternativa que apresenta as parcelas que integram o salário de contribuição do empregado para fins de incidência da contribuição previdenciária.

- (A) Salários, adicional noturno e auxílio-alimentação pago em dinheiro.
- (B) Salários, adicional de horas extras e indenização por dispensa sem justa causa dentro do limite legal.
- (C) Salários, 13º salário e indenização por dispensa sem justa causa dentro do limite legal.
- (D) Salários, salário-maternidade e salário-família.
- (E) Salários, salário-maternidade e 13º salário.

48

Joana, 67 anos, nunca contribuiu para a Previdência Social, vive sozinha e possui renda mensal de R\$ 300 que recebe por diárias de faxina. Seu único filho é casado e reside a cerca de 3 quarteirões de sua casa e recebe 1 salário-mínimo. O município em que reside possui serviço de assistência social estruturado. Com base na Lei Orgânica da Assistência Social (Lei 8.742/1993), sobre o Benefício de Prestação Continuada (BPC), assinale a alternativa correta.

- (A) Joana não tem direito ao BPC porque, embora idosa, seu filho auferir renda, e a lei determina que a renda de todos os membros do grupo familiar, inclusive os que não residem no mesmo domicílio, deve ser computada.
- (B) O BPC é devido à pessoa idosa com 65 anos ou mais que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção, sendo o critério de miserabilidade auferido exclusivamente pela renda per capita inferior a 1/2 salário-mínimo, vedada a análise de outros elementos.
- (C) A condição de acolhimento em instituições de longa permanência não prejudica o direito do idoso ou da pessoa com deficiência ao BPC.
- (D) O BPC é um benefício previdenciário não contributivo, razão pela qual gera carência e pode ser transmitido aos dependentes do beneficiário falecido.
- (E) A concessão do BPC ao idoso independe de comprovação de miserabilidade quando o requerente tiver mais de 80 anos, por força de interpretação extensiva do Estatuto do Idoso.

49

Carlos, 45 anos, empregado urbano, contribui para o RGPS desde os 20 anos, sem interrupção. Em março de 2024, sofreu acidente de trabalho que o incapacitou temporariamente por 14 dias. Após alta médica, retornou ao trabalho. 6 meses depois, ficou novamente incapaz, devido à diabetes, pelo prazo de 30 dias. Com base na Lei nº 8.213/1991 e nas normas do Plano de Benefícios da Previdência Social, sobre a situação de Carlos, assinale a alternativa correta.

- (A) Carlos tem direito ao auxílio por incapacidade temporária apenas na segunda situação, pois cumpriu carência de 12 contribuições mensais; o benefício será pago a partir do 16º dia de afastamento, ficando os primeiros 15 dias a cargo do empregador.
- (B) Na primeira situação (acidente de trabalho), Carlos tem direito ao auxílio por incapacidade temporária a partir do 1º dia de afastamento, pois o acidente de trabalho exige carência de 12 contribuições que foram devidamente cumpridas.
- (C) Na segunda situação (diabetes), Carlos não tem direito a qualquer benefício previdenciário, pois a incapacidade inferior a 60 dias não gera direito ao auxílio por incapacidade temporária no RGPS.
- (D) O auxílio por incapacidade temporária decorrente de acidente de trabalho prescinde de carência, e o benefício é pago pela Previdência a partir do 1º dia de afastamento, independentemente do número de dias de incapacidade.
- (E) Na segunda situação, pelo fato de ser menos de 1 ano do primeiro afastamento, o empregador é responsável pelo pagamento integral do período, não havendo intervenção da Previdência Social.

50

Lucas ingressou no serviço público federal em cargo efetivo em 2015. Seu salário bruto é de R\$ 25.000 mensais. Ao tomar conhecimento do Funpresp, deseja entender as regras de contribuição e os limites do patrocínio da União. Com base na Lei nº 12.618/2012, que instituiu o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais, assinale a alternativa correta.

- (A) A adesão ao Funpresp é obrigatória para todos os servidores públicos federais que ingressaram após a publicação da Lei nº 12.618/2012, não havendo possibilidade de opção.
- (B) O teto de contribuição obrigatória do servidor ao RPPS, para fins da previdência complementar, corresponde ao limite máximo dos benefícios do RGPS; acima desse teto, o servidor pode aderir ao Funpresp, com contrapartida da União de até 8,5% sobre o valor que exceder o teto.
- (C) A União, como patrocinadora do Funpresp, poderá contribuir com valor igual ao do servidor participante, limitada a 8,5% da base de contribuição que exceder o teto do RGPS, vedada qualquer contribuição adicional de incentivo.
- (D) Os recursos acumulados no Funpresp são de titularidade da União enquanto o servidor estiver em atividade, sendo transferidos ao servidor somente no momento da aposentadoria ou desligamento do serviço público.
- (E) O Funpresp adota regime de capitalização coletiva, sendo os benefícios calculados com base na média salarial da categoria funcional, e não no saldo acumulado individualmente pelo participante.

51

Marcos, 55 anos, contribuinte individual, contribui para o RGPS há 22 anos. Em outubro de 2024, foi diagnosticado com uma doença considerada grave pela legislação previdenciária – cardiopatia grave – que o incapacita permanentemente para qualquer trabalho. Seu salário de benefício calculado, já com as regras da EC nº 103/2019, resultou em R\$ 3.000. Com base na Lei nº 8.213/1991, com as alterações promovidas pela EC nº 103/2019, e nas normas sobre a aposentadoria por incapacidade permanente, assinale a alternativa correta.

- (A) Marcos terá direito à aposentadoria por incapacidade permanente com renda mensal correspondente a 100% do salário de benefício, independentemente do tempo de contribuição, por se tratar de doença grave.
- (B) A renda mensal da aposentadoria por incapacidade permanente de Marcos será de 60% do salário de benefício, acrescida de 2% por ano de contribuição que exceder 20 anos, totalizando 64% do salário de benefício.
- (C) Marcos receberia renda mensal equivalente a 100% do salário de benefício somente se a incapacidade decorresse de acidente, inclusive de trabalho.
- (D) Por ser contribuinte individual, Marcos não tem direito à aposentadoria por incapacidade permanente, benefício reservado exclusivamente aos empregados com vínculo empregatício formal.
- (E) A carência exigida para a aposentadoria por incapacidade permanente é sempre de 12 contribuições mensais, independentemente da causa da incapacidade.

52

O Município Yupi instituiu, por lei municipal, seu Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Após auditoria, foram identificadas irregularidades na gestão do fundo, como ausência de segregação de massa, não envio de informações ao órgão federal de controle e ausência de avaliação atuarial anual. Com base na Lei nº 9.717/1998 e na Portaria MTP nº 1.467/2022, que regulamentam os RPPS, assinale a alternativa correta sobre as obrigações e o controle dos RPPS municipais.

- (A) Os RPPS municipais são fiscalizados exclusivamente pelo Tribunal de Contas do respectivo Estado, não havendo competência federal para supervisão ou controle desses regimes.
- (B) A avaliação atuarial dos RPPS deve ser realizada a cada 5 anos, sendo dispensável nos municípios com menos de 50 servidores ativos vinculados ao regime.
- (C) O órgão federal responsável pela supervisão dos RPPS é a Secretaria de Previdência do Ministério da Previdência Social (SPREV), e os entes que descumprirem as exigências legais ficam sujeitos à proibição de receber transferências voluntárias da União.
- (D) Os RPPS municipais são obrigados a garantir aos servidores todos os benefícios previstos no RGPS, além da aposentadoria especial, independentemente de previsão legal específica.
- (E) A Lei nº 9.717/1998 permite que o RPPS municipal seja gerido pelo próprio Poder Executivo municipal sem necessidade de unidade gestora própria, desde que haja lei autorizadora.

53

Maria, 63 anos, trabalhou durante anos como diarista, sempre recolhendo contribuições ao INSS na qualidade de contribuinte individual. Ao procurar uma agência da Previdência Social, deseja saber se já pode requerer sua aposentadoria por idade. Com base na Lei nº 8.213/1991 e na Constituição Federal, assinale a alternativa correta sobre os requisitos da aposentadoria por idade no RGPS.

- (A) Maria não tem direito à aposentadoria por idade, pois o benefício é restrito a trabalhadores com carteira assinada, sendo vedada a concessão a contribuintes individuais.
- (B) A aposentadoria por idade é devida à mulher a partir dos 60 anos, independentemente do número de contribuições vertidas ao RGPS.
- (C) A carência mínima exigida para a aposentadoria por idade é de 120 contribuições mensais para todos os segurados, independentemente da data de filiação ao RGPS.
- (D) A aposentadoria por idade exige, para a mulher, 62 anos de idade e carência mínima de 15 anos de contribuição, podendo ser requerida por qualquer segurado obrigatório ou facultativo do RGPS.
- (E) Maria somente poderá requerer aposentadoria por idade ao completar 65 anos, pois a Constituição Federal fixou essa idade mínima de forma uniforme para homens e mulheres.

54

Ana, servidora pública federal, ingressou no serviço público em 2002. Em 2024, conta com 52 anos de idade e 22 anos de contribuição. Pretende se aposentar o mais breve possível com proventos integrais. Ela não aderiu ao regime de previdência complementar (Funpresp). Com base nas regras de transição para aposentadoria voluntária dos servidores públicos estabelecidas pela Emenda Constitucional nº 103/2019, assinale a alternativa que descreve corretamente a situação de Ana.

- (A) Ana pode se aposentar imediatamente pela regra permanente do Art. 40 da CF/88, pois já possui 22 anos de contribuição e mais de 50 anos de idade, suficientes para a aposentadoria voluntária com proventos proporcionais.
- (B) Pela regra de transição do pedágio de 100%, Ana precisaria cumprir, além dos requisitos mínimos, um tempo adicional de contribuição equivalente ao tempo que faltava para atingir o requisito no momento da promulgação da EC nº 103/2019, sem idade mínima.
- (C) Ana somente poderá se aposentar com proventos integrais ao atingir 65 anos de idade e 35 anos de contribuição, não havendo regra de transição aplicável ao seu caso.
- (D) Ana não pode se aposentar pela regra de transição de pontos, já que, em 2024, a pontuação exigida para mulher servidora federal era de 99 pontos, com idade mínima de 57 anos. Ana não atinge ainda nem os pontos nem a idade mínima.
- (E) Como Ana ingressou antes da EC nº 41/2003, tem direito à aposentadoria com proventos integrais com 30 anos de contribuição e 53 anos de idade, pela regra do Art. 2.º da EC nº 41/2003.

55

Pedro foi empregado celetista por 15 anos, contribuindo para o RGPS, e depois ingressou no serviço público federal em cargo efetivo, passando a ser segurado do RPPS. Ao requerer sua aposentadoria, pretende utilizar o tempo de contribuição ao RGPS para fins de aposentadoria no RPPS. Com base na Lei nº 9.796/1999, que dispõe sobre a compensação financeira entre o RGPS e os RPPS, assinale a alternativa correta.

- (A) É permitida a compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes próprios de previdência social dos servidores da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, na hipótese de contagem recíproca de tempos de contribuição.
- (B) A compensação financeira entre RGPS e RPPS é vedada, pois Pedro deveria ter optado por um único regime ao ingressar no serviço público, não sendo possível a contagem recíproca de tempo de contribuição.
- (C) Pedro pode aproveitar apenas parte do tempo de contribuição ao RGPS no RPPS, já que há o limite máximo de 10 anos de contribuição no RGPS para compensação financeira.
- (D) A contagem recíproca de tempo de contribuição entre RGPS e RPPS é permitida, mas veda-se a compensação financeira entre os regimes, devendo cada um arcar com os proventos proporcionais ao tempo em cada regime.
- (E) Pedro somente poderá usar o tempo de contribuição ao RGPS no RPPS se recolher a diferença de contribuição entre os dois regimes, com juros e correção monetária, à unidade gestora do RPPS federal.

Conhecimentos Específicos

56

No Capítulo 1, referente às disposições gerais da Lei de Acesso à Informação, da Lei nº 12.527/2011, o legislador estabelece importantes definições. Com base nessa Lei, “qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino”, diz respeito ao conceito de

- (A) primariedade.
- (B) integridade.
- (C) autenticidade.
- (D) disponibilidade.
- (E) conformidade.

57

Com base na Lei nº 12.527/2011, a respeito do procedimento de acesso à informação, especialmente do pedido de acesso, assinale a alternativa correta.

- (A) É obrigatória a declaração por parte do requerente dos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.
- (B) A informação armazenada em formato digital será fornecida nesse formato, ainda que não haja anuência do requerente.
- (C) O serviço de busca e de fornecimento de informação terá um valor simbólico, a fim de facilitar o acesso de um maior número de pessoas.
- (D) O órgão ou a entidade não poderá cobrar o valor para o ressarcimento dos custos dos serviços e dos materiais utilizados quando o serviço de busca e de fornecimento da informação exigir reprodução de documentos pelo órgão ou pela entidade pública consultada.
- (E) Para o acesso a informações de interesse público, a identificação do requerente não pode conter exigências que inviabilizem a solicitação.

58

João requereu acesso à informação, nos termos da Lei nº 12.527/2011, e teve seu pedido indeferido. Assim, é possível afirmar que, da decisão,

- (A) caberá recurso à Controladoria-Geral da União no prazo de 5 dias, a contar da sua ciência.
- (B) caberá recurso à Controladoria-Geral da União no prazo de 10 dias, a contar da sua ciência.
- (C) caberá recurso à autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada no prazo de 10 dias, a contar da sua ciência.
- (D) caberá recurso à autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada no prazo de 5 dias, a contar da sua ciência.
- (E) não caberá recurso.

59

Com base na Lei nº 12.527/2011, a respeito das restrições de acesso à informação, assinale a alternativa correta.

- (A) As informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos poderão ser objeto de restrição de acesso.
- (B) As informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos a mando de autoridades públicas poderão ser objeto de restrição de acesso.
- (C) O disposto na Lei exclui as demais hipóteses legais de sigilo e de segredo de justiça.
- (D) O disposto na Lei exclui as hipóteses de segredo industrial decorrentes da exploração direta de atividade econômica pelo Estado ou por pessoa física ou entidade privada que tenha qualquer vínculo com o poder público.
- (E) Não poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.

60

Determinadas informações podem colocar em risco a segurança das pessoas. Caso tais informações digam respeito aos filhos do vice-presidente da República, é possível classificá-las e impor determinada restrição a elas. Assim, conforme a Lei nº 12.527/2011, essas informações serão classificadas como

- (A) sigilosas, e ficarão sob sigilo por 3 anos.
- (B) reservadas, e ficarão sob sigilo por 5 anos.
- (C) secretas, e ficarão sob sigilo por 15 anos.
- (D) ultrassecreta, e ficarão sob sigilo por 25 anos.
- (E) reservadas, e ficarão sob sigilo até o término do mandato em exercício ou do último mandato, em caso de reeleição.

61

A Lei nº 12.527/2011 estabelece os procedimentos de classificação, reclassificação e desclassificação da informação no âmbito da Administração Pública federal e determina a competência para tais atos. Com base nessas informações, assinale a alternativa correta que apresenta a autoridade competente no grau ultrassecreto.

- (A) Autoridade que exerça função de direção, nível DAS 101.5 ou superior.
- (B) Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
- (C) Diretor do Banco Central.
- (D) Comandante da Aeronáutica.
- (E) Presidente da Casa da Moeda do Brasil.

62

De acordo com a Lei nº 12.527/2011, o tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais. Com base nesse dispositivo legal, as informações pessoais relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem

- (A) terão seu acesso restrito caso sejam consideradas ultrassecretas e pelo prazo máximo de 25 anos, a contar da sua data de produção.
- (B) terão seu acesso restrito caso sejam consideradas secretas e pelo prazo máximo de 15 anos, a contar da sua data de produção.
- (C) terão seu acesso restrito caso sejam consideradas reservadas e pelo prazo máximo de 5 anos, a contar da sua data de produção.
- (D) terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo, e pelo prazo máximo de 100 anos, a contar da sua data de produção.
- (E) não terão qualquer restrição de acesso.

63

De acordo com o Artigo 33 da Lei nº 12.527/2011, “a pessoa física ou entidade privada que detiver informações em virtude de vínculo de qualquer natureza com o poder público e deixar de observar o disposto nesta Lei estará sujeita às seguintes sanções”, EXCETO

- (A) declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- (B) suspensão temporária de participar em licitação.
- (C) multa.
- (D) impedimento de contratar com a Administração Pública por prazo não superior a dois anos.
- (E) rescisão do vínculo com o poder público.

64

A Lei de Acesso à informação, Lei nº 12.527/2011, em suas disposições finais e transitórias, versa sobre o tratamento de informação sigilosa e da Comissão Mista de Reavaliação de Informações. Com base nessas informações, assinale a alternativa correta.

- (A) A Comissão Mista de Reavaliação de Informações não tem competência para requisitar da autoridade que classificar informação como ultrassecreta esclarecimento ou conteúdo, parcial ou integral, da informação.
- (B) A Comissão Mista de Reavaliação de Informações decidirá, no âmbito da Administração Pública federal, estadual e municipal, sobre o tratamento e a classificação de informações sigilosas.
- (C) A Comissão Mista de Reavaliação de Informações tem competência para rever a classificação de informações secretas, de ofício.
- (D) A Comissão Mista de Reavaliação de Informações terá mandato de quatro anos para seus integrantes.
- (E) O tratamento de informação sigilosa, ainda que resultante de tratados, acordos ou atos internacionais, atenderá às normas e recomendações constantes apenas nos instrumentos internos.

65

De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, a Lei de Diretrizes Orçamentárias atenderá ao disposto no § 2º do Art. 165 da Constituição Federal, EXCETO sobre

- (A) o equilíbrio entre receitas e despesas.
- (B) as normas relativas ao controle de custos.
- (C) as normas relativas à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.
- (D) a destinação de recursos provenientes das operações de crédito, inclusive por antecipação de receita.
- (E) as demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.

66

A Lei Complementar nº 101/2000 estabelece que o projeto de Lei Orçamentária Anual, elaborado de forma compatível com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, deve ser regido, também, por suas normativas. Com base nessas informações, assinale a alternativa correta.

- (A) Não integrarão as despesas da União, e serão excluídas da Lei Orçamentária, as do Banco Central do Brasil relativas a pessoal e encargos sociais e custeio administrativo.
- (B) É vedado consignar, na Lei Orçamentária, crédito com dotação ilimitada.
- (C) A atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada poderá superar a variação do índice de preços previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias ou em legislação específica.
- (D) Não é necessário que todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constem da Lei Orçamentária Anual.
- (E) A Lei Orçamentária consignará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no plano plurianual.

67

De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, sobre a execução orçamentária e o cumprimento de metas, assinale a alternativa correta.

- (A) Até 90 dias após a publicação dos orçamentos, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.
- (B) Os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, apenas no exercício em que ocorrer o ingresso.
- (C) Serão objeto de limitação as despesas ainda que constituam obrigações constitucionais e legais do ente.
- (D) No prazo de 30 dias após o encerramento de cada semestre, o Banco Central do Brasil apresentará, em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial.
- (E) No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

68

A respeito da temática da dívida e do endividamento, a Lei Complementar nº 101/2000 traz, na Seção I do Capítulo VII, algumas definições básicas. Considerando essas definições, assinale a alternativa correta.

- (A) Dívida pública fundada: dívida pública representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, estados e municípios.
- (B) Dívida pública mobiliária: montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a 12 meses.
- (C) Operação de crédito: compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.
- (D) Concessão de garantia: emissão de títulos para pagamento do principal acrescido da atualização monetária.
- (E) Refinanciamento da dívida mobiliária: compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada.

69

Sobre a Lei Complementar nº 101/2000, assinale a alternativa correta.

- (A) O Banco Central do Brasil emitirá títulos da dívida pública a partir de dois anos após a publicação da Lei Complementar.
- (B) É permitida a operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo.
- (C) É permitida a realização de operação de crédito entre um ente da Federação e outro, ainda que sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente.
- (D) É permitida a empresas estatais dependentes a assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada, com fornecedor de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de título de crédito.
- (E) É permitido o recebimento antecipado de valores de empresa em que o poder público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto.

70

A operação de crédito por antecipação de receita orçamentária destina-se a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro. Para tal, deve-se seguir algumas exigências descritas em lei. Com base no exposto, assinale a alternativa que apresenta uma exigência descrita na Lei Complementar nº 101/2000.

- (A) Realizar-se-á somente a partir do quinto dia do início do exercício.
- (B) Deverá ser liquidada, sem juros e outros encargos incidentes, até o dia dez de dezembro de cada ano.
- (C) Não será autorizada se for cobrada a taxa de juros da operação.
- (D) Não estará proibida no último semestre de mandato do presidente, governador ou prefeito municipal.
- (E) Estará proibida enquanto existir operação anterior da mesma natureza não integralmente resgatada.

71

Tendo por base a Lei Complementar nº 101/2000, é correto afirmar que, em um município com 120 mil habitantes, os Tribunais de Contas emitirão parecer prévio conclusivo sobre as contas no prazo de

- (A) 30 dias.
- (B) 60 dias.
- (C) 90 dias.
- (D) 120 dias.
- (E) 180 dias.

72

O legislador constituinte estabeleceu, na Constituição Federal, princípios que a Administração Pública obedecerá. Nesse sentido, na Constituição, são princípios que versam sobre a Administração Pública, EXCETO

- (A) impessoalidade.
- (B) culpabilidade.
- (C) legalidade.
- (D) moralidade.
- (E) eficiência.

73

A existência de cargos, empregos e funções públicas e sua investidura decorre do importante pilar do constitucionalismo que trata da organização do Estado. Com base no que dispõe a Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) Os cargos, os empregos e as funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, vedados aos estrangeiros.
- (B) As nomeações para cargo em comissão dependem de aprovação prévia em concurso público.
- (C) Os cargos em comissão e as funções de confiança serão exercidos, preferencialmente, por servidores ocupantes de cargo de carreira técnica ou profissional.
- (D) As funções de confiança e os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- (E) Não há mais a previsão de funções de confiança e cargos em comissão pós-Constituição de 1988.

74

José se inscreveu em um concurso público e, ao consultar o edital, verificou que o prazo de validade do concurso seria de até três anos, improrrogáveis. Em relação ao disposto na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) É correta a estipulação de tal prazo, pois o edital é a lei do concurso; portanto, o poder público, quando o faz, tem discricionariedade para tal previsão.
- (B) É correta a estipulação de tal prazo, pois, embora o edital não tenha discricionariedade para prever outros prazos, o prazo estipulado tem amparo na Constituição Federal.
- (C) Não é correta a estipulação de tal prazo, pois, segundo a Constituição, o prazo de validade do concurso público será de até um ano, prorrogável uma vez por qualquer período.
- (D) Não é correta a estipulação de tal prazo, pois, segundo a Constituição, o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez por igual período.
- (E) Não é correta a estipulação de tal prazo, pois, segundo a Constituição, o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, improrrogáveis.

75

Tendo por base o disposto na Constituição Federal, no que diz respeito à Administração Pública e seus princípios, assinale a alternativa correta.

- (A) A lei poderá reservar percentual de cargos e empregos, bem como estabelecer os critérios de sua admissão, por meio de discriminação positiva, às pessoas com deficiência.
- (B) A associação sindical do servidor público está condicionada a autorização de sua chefia imediata.
- (C) A Constituição garante o direito de greve do servidor público, sem condicioná-lo a qualquer especificação normativa.
- (D) A constituição veda a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.
- (E) É vedada a associação sindical de servidores públicos.

76

Maria graduou-se em enfermagem e tão logo fez sua inscrição no conselho de classe daquela profissão. Após um ano, veio aprovação no concurso público para o cargo de enfermeira. Depois da aprovação no primeiro concurso, Maria pretende realizar um segundo concurso, para cargo similar e/ou para o cargo de professora, mas está receosa em relação à acumulação remunerada de cargos públicos. Assim, com base na Constituição Federal, é correto afirmar que

- (A) Maria não poderá acumular os cargos, pois se aplica a regra que vedada a acumulação remunerada de cargos públicos.
- (B) Maria não poderá acumular os cargos, pois a cumulação na área de saúde é prerrogativa de dois cargos privativos de médico.
- (C) Maria não poderá acumular os cargos, pois a cumulação do cargo de professora só seria possível com a de outro cargo técnico ou científico.
- (D) Maria poderá acumular os dois cargos de enfermeira porque são de mesma natureza, mas não um cargo de professora com um cargo de enfermeira.
- (E) Maria poderá acumular tanto o cargo de enfermeira com outro de enfermeira quanto o de enfermeira com o de professora.

77

Com base na Constituição Federal, a respeito dos princípios administrativos, assinale a alternativa correta.

- (A) A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da Administração direta e indireta não poderá ser ampliada mediante contrato.
- (B) A aposentadoria concedida com a utilização de tempo de contribuição decorrente de cargo, emprego ou função pública, inclusive do Regime Geral de Previdência Social, não acarretará o rompimento do vínculo que gerou o referido tempo de contribuição.
- (C) O servidor público titular de cargo efetivo não poderá ser readaptado para exercício de cargo ainda que as atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental.
- (D) A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.
- (E) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos não responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.

78

De acordo com a Constituição Federal, mediante controle externo, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da Administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo(a)

- (A) Senado Federal.
- (B) Câmara dos Deputados.
- (C) Congresso Nacional.
- (D) Procuradoria da Fazenda Nacional.
- (E) Presidência da República.

79

Nos termos da Constituição Federal, os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com algumas finalidades, EXCETO

- (A) avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual.
- (B) avaliar a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
- (C) comprovar a legalidade, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e nas entidades da Administração federal.
- (D) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.
- (E) substituir o controle externo no exercício de sua missão institucional.

80

Em relação à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da Administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, bem como a legitimidade para denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União, assinale a alternativa correta.

- (A) Deverá prestar contas toda pessoa jurídica que utilize ou arrecade, gerencie e administre dinheiros ou pelos quais a União responda, mas não será parte legítima para denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.
- (B) Os partidos políticos sem representação no parlamento não são legitimados para denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.
- (C) Os sindicatos não são parte legítima para denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União, mas deverão prestar contas.
- (D) As associações são parte legítima para denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.
- (E) Toda pessoa física é parte legítima para denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.

Realização

Instituto Avalia

Gabarito

Questão	Gabarito	Questão	Gabarito	Questão	Gabarito	Questão	Gabarito
1	C	21	D	41	E	61	D
2	D	22	C	42	B	62	C
3	B	23	A	43	D	63	A
4	A	24	E	44	A	64	C
5	C	25	B	45	C	65	D
6	B	26	D	46	E	66	B
7	A	27	B	47	E	67	E
8	C	28	D	48	C	68	C
9	E	29	B	49	A	69	C
10	D	30	E	50	C	70	E
11	A	31	C	51	B	71	E
12	B	32	D	52	C	72	B
13	A	33	A	53	D	73	D
14	E	34	D	54	D	74	D
15	D	35	D	55	A	75	A
16	E	36	A	56	B	76	E
17	A	37	C	57	E	77	D
18	C	38	B	58	C	78	C
19	B	39	C	59	E	79	E
20	D	40	D	60	E	80	D